

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.382.817 - PR (2018/0271669-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : PARNAXX LTDA
ADVOGADO : CARLOS ALEXANDRE DIAS DA SILVA E OUTRO(S) - PR024535
AGRAVADO : MONTEIRO GOURMETERIA LTDA
ADVOGADO : MAURÍCIO PIRAGIBE SANTIAGO E OUTRO(S) - PR034139

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO - INTEMPESTIVIDADE - REJEIÇÃO - RECURSO CONHECIDO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET EM EVENTO - CONTRATO QUE ESTABELECEU VALOR POR REFEIÇÕES EXCEDENTES - NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL MANIFESTANDO DISCORDÂNCIA APENAS DO VALOR COBRADO - CONCORDÂNCIA TÁCITA COM O NÚMERO DE CONVIDADOS EXCEDENTES - DIVERGÊNCIA A RESPEITO DO VALOR A SER PAGO POR REFEIÇÃO - DISPOSIÇÃO CONTRATUAL EXPRESSA NESSE SENTIDO. SENTENÇA MANTIDA. SUCUMBÊNCIA - REDISTRIBUIÇÃO - FIXAÇÃO QUE DEVE OBSERVAR O NÚMERO DE PEDIDOS FORMULADOS E A PROPORCIONALIDADE DO DECAIMENTO EM RELAÇÃO A CADA UM DELES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO." (e-STJ, fl. 189)

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 313/317).

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega violação ao art. 373, I, do Código de Processo Civil de 2015 (art. 333, I, do CPC/73), alega, em síntese, que a autora, ora agravada, não se desincumbiu de seu ônus probatório em relação a prestação do serviço de fornecimento de refeições excedentes no Festival de Teatro de Curitiba.

É o relatório. Decido.

De início, cumpre salientar que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do novo CPC, motivo pelo qual o presente recurso será examinado à luz do Enunciado Administrativo nº 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com*

fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O inconformismo não merece prosperar.

Com efeito, ao apontar violação ao art. 373, I, do CPC/15 (correspondente ao art. 333, I, do CPC/73), sustenta a recorrente que a ora recorrida não logrou êxito em comprovar a prestação de serviço de refeições excedentes.

O TJ-PR, por sua vez, soberano na análise do acervo fático-probatório, consignou que não há controvérsia quanto ao fato de que houve fornecimento de refeições excedentes, diante juntada da contranotificação encaminhada pela agravante à agravada a qual questionava apenas o valor atribuído às referidas refeições excedentes. Confira-se excerto do v. acórdão recorrido:

"Não há como compreender a contranotificação encaminhada pela Apelante à Apelada como mera tentativa de transação extrajudicial. É que a Apelante concordou, ainda que tacitamente, por meio da referida notificação, que houve o fornecimento de 831 (oitocentos e trinta e uma) refeições a convidados excedentes, já que discordou apenas do valor por refeição cobrado em relação a 300 (trezentos) motoristas que participaram do evento, que, segundo ela, deveria ser de R\$13,00 (treze reais), conforme acordado entre as partes. Confira-se:

"No que se refere aos convidados excedentes, o acordo feito entre as partes foi de que as refeições dos motoristas teriam o valor de R\$13,00 (treze reais). Ocorre que dos 831 convidados excedentes, cerca de 300 eram motoristas, o que totaliza um valor a menor de R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais), neste item." (seq. 1.14, p. 1) E a mera alegação de que "as planilhas internas da Apelante apontam para um número de refeições servidas menor que o mínimo contratual de 3.500" não é suficiente para alterar o que decidido na origem porque o reconhecimento da existência de refeições excedentes decorre da própria notificação produzida pela Apelante, ficando dispensada a Apelada, portanto, da produção de outras provas acerca deste fato, porque suficiente tal documento para a comprovação de seu direito.

Nesse particular, é de se ressaltar que o contrato é claro no sentido de que o valor por refeição excedente seria de R\$22,00 (vinte e dois reais), conforme cláusula 4.2, alínea "a" (seq. 1.5, p. 1).

E a Apelante não comprovou ter havido aditivo contratual estabelecendo que o valor por refeição servida aos motoristas seria de R\$13,00 (treze reais), ônus que também lhe competia por força da norma insculpida no artigo 373, inciso II, do Novo Código de Processo Civil."

No mesmo sentido, trecho esclarecedor da sentença a respeito:

"A prova documental apresentada com a peça inicial, conforme ônus processual estabelecido no art. 373, I, do CPC, evidenciou que o autor comprovou o fato constitutivo de seu direito.

Nesse aspecto, basta compulsar o documento da Ref. 1.14 do Projudi, consistente em contranotificação extrajudicial expedida pela ré PARNAXX em desfavor do autor MONTEIRO GOURMETERIA.

Nessa contranotificação, a ré expressamente discorda de alguns valores, mas confessa as refeições excedentes servidas e não discorda do número apontado pelo autor; o réu também não discorda do número de 416 refeições devido a projeção (estimativa) dos convidados que não compareceram, mas somente asseverou que não existiu previsão contratual sobre o tema, pelo que sugeriu que se utilize valor a menor (R\$13,00) para composição amigável desse tópico, como adiante se verifica:

(...)

De modo que entendo que a prova documental apresentada é suficiente para convencimento a respeito da comprovação do fato constitutivo do direito do autor, sendo pertinente o pagamento dos resíduos pós eventos correspondentes a 1.247 refeições excedentes, sendo 831 refeições servidas (R\$18.282,00) e 416 devido a projeção (estimativa) dos convidados que não compareceram (R\$9.152,00)." (e-STJ, fls. 186/188)

Da leitura dos excertos ora transcritos, verifica-se que a eg. Corte de origem concluiu que existem elementos suficientes nos autos que levam à convicção de que houve o fornecimento de refeições excedentes por parte da recorrida, sendo devida, por isso a contraprestação correspondente. Desse modo, para rever o tal entendimento, sob alegada ofensa ao dispositivo mencionado, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ÔNUS PROBATÓRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. VERIFICAÇÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA.

(...)

2. A questão probatória do ônus do autor ou do réu é questão inviável de ser analisada por esta Corte Superior, em virtude do óbice da Súmula nº 7 do STJ.

3. Ademais, 'a Jurisprudência do STJ entende que não há como

aferir eventual ofensa ao art. 333 do CPC/1973 (art. 373 do CPC/2015) sem que se verifique o conjunto probatório dos presentes autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame' (REsp 1.665.411/MT, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 5/9/2017, DJe 13/9/2017).

(...)

8. Agravo Interno não provido."

(AgInt no AREsp 1200103/MT, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 25/09/2018 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - TELEFONIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ.

(...)

2. É assente nesta Corte que não há como aferir eventual ofensa ao art. 333 do CPC/73 (art. 373 do CPC/15) sem promover o revolvimento do conjunto probatório dos autos, o que é obstado pela Súmula 7/STJ.

(...)

5. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AREsp 983.025/SP, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 20/06/2018 - grifou-se)

Com essas considerações, conclui-se que o inconformismo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator